

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMUDA DE 05 DE MAIO 2020

OBS: ESTA REUNIÃO FOI REALIZADA EM MEIO AO ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO, DE ACORDO COM O DECRETO Nº 64.879, DE 20 DE MARÇO DE 2020, E ACONTECEU REMOTAMENTE POR MEIO DA PLATAFORMA DIGITAL “MICROSOFT TEAMS”.

Pauta: A epidemia do Covid 19 na cidade e seus reflexos

- Fechamento do Atende 2;
- Distribuição de EPI;
- Serviços de apoio, água, alimentação, banho, etc.

Início da Reunião: 14:15h

Conselheiros presentes:

1. Fundação Porta Aberta

Alcione Moreno - alcionem@uol.com.br

2. Secretaria de Governo Municipal

Bruno Valsani - bvalsani@prefeitura.sp.gov.br

3. Comissão Extraordinária Permanente de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania

Elizete Aparecida Rossoni Miranda - elizete@patriciabezerra.com.br

4. Centro de Convivência é de Lei

Maria Angélica Comis - angelica@edelei.org

5. Plataforma Brasileira de Política sobre Drogas

Michel Willian de Castro Marques - michel.c.marques12@gmail.com

6. Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social

Silvia Helena Marchesan - smarchesan@prefeitura.sp.gov.br

7. Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania

Décio Perroni Ribeiro Filho - dpfilho@prefeitura.sp.gov.br

8. Conselho Regional de Psicologia de São Paulo - CRP/SP

Marcos Muniz de Souza - mmuniz.souza@gmail.com - 99823-2314

9. Conselho Estadual de Drogas -

Vera Lucia Bagnollesi - vbagnolesi@sp.gov.br

10. Conselho Regional de Medicina de São Paulo - CREMESP

Tatiana Regina Criscuolo - tatianacriscuolo@cremesp.org.br

11. Instituto Sedes Sapientiae

Rubens Kushimizo Xavier - rubenskushimizo@hotmail.com

12. Comissão Extraordinária Permanente da Criança, Adolescente e da Juventude

Soninha Francine - soniafrancine@saopaulo.sp.leg.br

13. Secretaria Municipal de Educação
Marcia Helena Matsushita - mmatsushita@sme.prefeitura.sp.gov.br

Conselheiros ausentes:

1. Secretaria Municipal de Saúde
Claudia Ruggiero Longhi - claudialonghi@prefeitura.sp.gov.br

2. Conselho Regional de Terapia Ocupacional
Adriano Conrado Rodrigues - cidajordao@crefito3.org.br

3. Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo - CRF/SP
Rafael Gomes Mariano - rafael.mariano@crfsp.org.br

4. Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo - OAB/SP
Cristiano Ávila Maronna - cmaronna@msm.adv.br

5. Comissão Ordinária Permanente de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher
Paulo Ferreira da Silva - paulo.ferreira@saopaulo.sp.leg.br

6. Secretaria Municipal de Segurança Urbana
Nilson da Silva Rosa - nsrosa@prefeitura.sp.gov.br

7. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho
Rodrigo Ramos Pinto Medeiros - rodrigoramos@prefeitura.sp.gov.br

8. Secretaria Municipal de Cultura
Ana Cecília Lessa - aclessa@prefeitura.sp.gov.br - 99612-1165

9. Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo - OAB/SP
Cristiano Ávila Maronna - cmaronna@msm.adv.br

10. Faculdades Anhanguera
Jaqueline Santos Viana - jaqueline.viana@anhanguera.com

11. Representante do Conselho Estadual de Drogas
Marta Elena Reis - martaelenareis@yahoo.com.br

12. Conselho Regional de Serviço Social de São Paulo - CRESS/SP
Patrícia Ferreira da Silva – patricia@cress-sp.org.br

13. Associação Brasileira Multidisciplinar de Estudos sobre Drogas
Felipe Aureliano Martins - felipemartins_fsp@usp.br - 98169-9344

14. Associação de Apoio ao Projeto Quixote
Cecília Motta - cecimotta@uol.com.br

15. Secretaria Municipal de Esportes, Lazer
Mateus Torres Penedo Naves - mtpnaves@prefeitura.sp.gov.br - 3396-6540

Outros Participantes:

1. Fabio Mariano Espindola da Silva - Secretaria Municipal de Governo -

Início da discussão:

Décio dá início a reunião retomando a pauta e a discussão que foi feita na reunião anterior com a presença da Isabel, da SMADS, Arthur Guerra, da Secretaria de Governo e Giulia, da SMDHC, e reafirmando as medidas acordadas na reunião anterior sobre inscrição de fala e registro de presença, além de recomendações para o melhor funcionamento da reunião virtual. Abre a fala para informes, mas ninguém se manifesta. Segue, então, para os pontos previstos da pauta, lembrando que o grupo de trabalho sobre a 7ª COMPAD continua se reunindo semanalmente para a sistematização dos dados e finalização do relatório. Lembra que há a pendência da reunião da comissão temática sobre legislação que ainda não foi organizada por ele, mas que deve acontecer nas próximas semanas. **Fábio**, membro suplente da Secretaria de Governo, tem a palavra para atualizar os conselheiros da situação atual das cenas de uso. Esclarece que, por ora, não há informação de nenhum usuário contaminado com exame comprobatório de COVID-19 mas que, independentemente disso, o sistema está sobrecarregado. Os funcionários da abordagem estão, constantemente, verificando a situação dos usuários, no fluxo, e os orientando e redirecionando para a rede de saúde. Segundo ele, é possível que alguns já tenham apresentado sintomas, mas estes não procuraram os serviços de saúde. **Angélica** aproveita para questionar acerca das triagens feitas pelos médicos sem fronteiras, se há informações dos encaminhamentos deles para a rede de saúde. **Fábio** conta que esta parceria com o MSF começou há pouco tempo e, por isso, este fluxo de informações ainda está se estabelecendo. Apesar disso, ele sabe que foi feito um alinhamento com as equipes do Redenção na Rua do território e que o trabalho será desenvolvido em conjunto e que assim que tiverem mais informações passarão para o Décio. **Angélica** completa dizendo sobre o empréstimo de piteiras, feito pelo É de Lei, para a equipe do MSF que foram entregues na semana anterior, o que mostra, justamente, o trabalho cooperativo. **Fábio** contextualiza como se deu esta parceria. Diz que os Médicos Sem Fronteiras procuraram a SMADS para auxiliar, no momento da pandemia, nos equipamentos de assistência social que fazem acolhimento da população em situação de rua. Eles ofereceram atuar em três frentes: instrução dos técnicos; auxílio no processo de diagnóstico; e, realização do primeiro atendimento nos equipamentos. Tudo isto pensado dentro do território da luz, uma vez que é lá que há uma situação de maior fragilidade. Isto chegou na Secretaria de Governo e foram ajustados os termos da parceria juntamente com a Secretaria da Saúde. Sendo assim, eles vão atuar no SIAT II, do Glicério e da Armênia, fazendo a instrução dos técnicos da assistência para identificação plena e antecipada de sintomas da COVID-19. Junto a isto, trabalharão, também, na conscientização dos usuários e nas abordagens com o Redenção na Rua para auxiliar no diagnóstico. Contextualiza que a organização internacional dos médicos sem fronteiras tem muita experiência em atuações em países com baixa estruturação do sistema de saúde e por isso nunca tinham vindo ao Brasil, uma vez que o SUS não padece deste mal, mas que no contexto da pandemia os serviços estão sobrecarregados, principalmente em São Paulo por conta da magnitude da população e do número de pessoas em situação de rua. Há duas semanas aconteceu esta reunião com os técnicos de saúde e assistência e estão começando agora a executar as ações, como levantado pela Angélica. Cogita-se, inclusive, ampliar este formato atual da parceria. **Décio** questiona acerca da situação de contágio, não só das pessoas do fluxo, mas também dos usuários do SIAT II. **Fábio** esclarece que duas ou três pessoas apresentaram sintomas no SIAT II da Armênia, mas que foram isoladas, encaminhadas para serviços de saúde e que ainda não há resultado definitivo do exame. Elas estão sendo monitoradas. Junto a isto, os SiATs têm um contêiner específico para a eventual necessidade de isolamento para os casos de tuberculose e este protocolo foi estendido às suspeitas de COVID. A vantagem é que nestes equipamentos contamos também com a presença de uma equipe médica não só de saúde mental, mas também da área clínica, podendo dar suporte à rápida identificação de casos suspeitos e/ou encaminhamento para outros serviços mais adequados de saúde. **Décio** aponta que, na reunião anterior, a questão de como organizar as ações de contenção da COVID respeitando o limite de aproximação entre as pessoas foi bastante debatida. Nesse sentido, a aglomeração ainda é um desafio tanto para o poder público como para as organizações da sociedade civil que atuam no território. Ele pergunta para o grupo como está sendo praticada, na coletividade, a prevenção da COVID. Relembra que a questão da

reunião anterior sobre a distribuição de água no território ainda estava problemática e pergunta da atual situação. **Michel**, então, pontua algumas questões em relação ao fechamento do Atende. Diz que tem percebido a grande dificuldade de acesso da população que está no território, não só em relação à água, como também a banheiro, o que demonstra um trabalho que ainda carece de articulação por parte do poder público. O caminhão de água, por exemplo, não tem chegado ao território e quando chega, permanece por uma hora, como foi o caso do último domingo. Nesse sentido, ressalta a importância do poder público estar à par da realidade do território, uma vez que ele percebe uma grande disparidade entre as informações. Complementa relatando que os banheiros disponíveis estão sem limpeza e chama atenção para o descumprimento da ordem judicial que determina a reabertura do Atende. Para ele, é essencial que se discuta, no Conselho, as medidas para cumprir a determinação da Justiça e a readequação do serviço em relação à política municipal. **Angélica** acrescenta que ela e Michel costumam ser procurados pelo poder público justamente para auxiliar na compreensão do território e que muitas das informações que foram passadas a eles não foram/são consideradas. Para ela, não é possível que o poder público não entenda que distribuir marmitas no Teatro Mungunzá é legal, mas não é suficiente, porque não são todos os usuários que saem do fluxo para ir buscar marmita. O mesmo acontece com as medidas de pias para higiene. Nem todos saíram do fluxo para ir até o Largo General Osório para lavar as mãos, ou mesmo até a Praça Princesa Isabel. Não dá para imaginar que a Prefeitura disponibiliza um caminhão pipa para o fluxo e a GCM, da mesma Prefeitura, dificulta o acesso à água, sabotando a medida da mesma instituição. Outro exemplo é a van que parou para fazer a distribuição de cestas básicas no fluxo e que foi atingida pelas bombas lançadas pela GCM no momento da entrega. Então, antes de discutir a questão da aglomeração nas práticas da sociedade civil e do poder público, Angélica coloca que deveríamos olhar para o fato de que nunca se gastou tanto com bombas de gás lacrimogêneo como agora. Por isso, pede para que se discuta sobre a violência sofrida pelos usuários e trabalhadores do território que é sistemática e cotidiana. Completa contando sobre as ações do É de Lei. Além das piteiras, eles têm colado lambes informativos e distribuído kits de higiene, tanto na Cracolândia como no Glicério. Até agora, como resultados, ela conta que percebeu que as pessoas já têm mais informações do que no início do período de quarentena. **Décio** questiona acerca da frequência destas ações e **Angélica** esclarece que a equipe é pequena e que está atuando de forma escalonada, por isso as ações são feitas, normalmente, duas vezes por semana. Para ela, ainda é pouco, mas já serve para que eles aprendam sobre seus direitos e possam cobrar do poder público. **Silvana** se manifesta a favor da fala de Michel e Angélica e chama atenção para a questão da violência praticada pela GCM no território da Cracolândia. Diz que tem recebido no gabinete muitas denúncias de ações truculentas para as pessoas em situação de rua, não só na Cracolândia, e relatos sobre a retirada dos pertences das pessoas. **Décio** relembra que houve uma reunião extraordinária do COMUDA cuja pauta única era a questão da violência e que é muito importante discutir cada vez mais este assunto. Nesta reunião foram debatidas as diversas violências que ocorrem no território “rua”, inclusive aquela praticada pelo poder público. Junto a isto, conta que ainda está pendente o convite enviado para a Comandante da GCM em que ela indicará alguém para comparecer ao Conselho e conversar sobre as ações violentas praticadas. **Fábio** comenta sobre as questões colocadas, frisando que apenas tem competência para responder sobre parte delas. Sobre a ordem judicial para reabertura do Atende diz que, em essência, o objetivo não é cessar a prestação de atendimento à população da Cracolândia, mas melhorá-lo. A política pública foi baseada em estudos que mostraram que nenhuma política anterior foi efetiva no acolhimento de uma cena de uso com a magnitude da Luz e, nesse sentido, a Prefeitura defende a não-presença de um equipamento de acolhimento de pernoite na região do fluxo. A Isabel, da SMADS, está tentando atender a decisão de forma que a gente consiga prestar atendimento daquela população, mas de uma maneira mais eficiente, já que as condições do Atende eram insalubres. Isto é, explica que a Prefeitura não pode reinstalar o equipamento, ela tem que fazer uma reforma do local. Já em relação ao fornecimento de água, Fábio diz que é fruto de uma parceria com o Governo do Estado, uma vez que a Prefeitura não tem caminhão-pipa e que, de fato, é algo muito grave que o fornecimento esteja sendo descontínuo. A intenção é de que isto não ocorra mais e que a gente volte a ter atendimento no espaço diário do Atende, não mais com acolhimento de pernoite, mas com espaço para

convivência, água e banheiro. **Angélica** salienta que há mais de um mês a questão do caminhão pipa está pendente e, sobre o Atende, reitera que ele deve ser readequado e continuar existindo no território por se tratar de uma localização estratégica para a população em questão. Junto a isto, coloca a necessidade de haver um equipamento para pernoite na região para dar condições à sucessiva melhora dos usuários por meio de espaços de baixa exigência. **Fábio**, então, diz que foi o coordenador do grupo de trabalho que realizou os estudos para a política municipal e que, durante um ano e meio, pensaram o SIAT II para ser, justamente, um equipamento de acolhimento no modelo citado pela Angélica, de baixa exigência e que propiciasse a sensação de bem-estar ao usuário. Assim, ele progressivamente seguiria para o SIAT III, mais distante das cenas de uso. A segunda fase do estudo foi a locação territorial dos equipamentos de baixa exigência e a compreensão da variável referente à presença do poder paralelo no território. Em todas as gestões anteriores houve falha quanto a isso. O Dória, que implementou o Redenção fase I, colocou os Atendes praticamente dentro do fluxo e, em seguida, eles foram corrompidos pelo tráfico. O mesmo vale para o Haddad que colocou os hotéis sociais bem perto do fluxo e, tempo depois, eles também haviam sido tomados. Se o poder paralelo não for considerado, gasta-se mais do dinheiro público, como no caso do próprio Atende em que gastava-se milhares de reais por mês em um equipamento cuja amplitude de ofertas não era bem aproveitada. A Prefeitura pensa em um equipamento mais enxuto, de baixa exigência, que pode ser como os núcleos de convivência e, assim, pretende dar conta também de uma importante questão que é a evasão de trabalhadores destes equipamento, e de suas condições de saúde mental. Com relação à questão da violência, Fábio, concorda que ela tem dificultado as ações, mas entende que o desafio do poder público é grande, uma vez que ao passo que deve estender a mão, deve também reprimir o crime e fazer o patrulhamento e segurança da sociedade. Para ele, é possível alcançar uma dosagem mais equilibrada, mas não podemos imaginar que não haverá nenhum nível de repressão. **Décio** sugere a realização de um fórum sobre as violências institucional e social do território, pensando no desdobramento de uma prática anti-violência. **Angélica** complementa exaltando a necessidade de estudos para a elaboração de uma política, como trazido por Fábio, mas imagina que existe, ainda, a possibilidade de pensar um espaço como sendo seguro, ainda que seja limitado. Há exemplo de espaços, garantidos por política pública, em que a violência e a presença policial só se dão da porta para fora, justamente, do serviço e/ou espaço seguro. Junto a isto, quando se fala em mudanças das políticas no território, surge a questão da retirada da renda destinada a esta população. Foram muitos os beneficiários do programa De Braços Abertos onde a questão da renda era central para que a ocupação do território se desse diferentemente. Completa dizendo que, historicamente, desde a década de quarenta, se trata de uma região vulnerável por conta da sabida presença de práticas ilegais. Em 2016, ano em que terminava a gestão do Haddad, a análise era a de que faltava, do Governo do Estado, ações pensadas pela Inteligência Policial. Benedito Mariano, então Secretário de Segurança Urbana, encerrou seu mandato com o envio de um ofício, para a Polícia Civil do Estado de São Paulo, em que era cobrada a realização de investigações no território feitas pela Inteligência. As práticas criminosas devem ser combatidas pelo Estado e sua força policial, mas a violência em questão, pontua Angélica, é aquela praticada pela Prefeitura que deveria contar com uma força de guarda e não de polícia, uma guardião da cidadania. O que se pode fazer, dentro do âmbito municipal, com relação ao poder paralelo e/ou tráfico e práticas de crimes, é cobrar do Estado um trabalho desenvolvido pela Inteligência, pela Polícia Civil e com relação à renda, aumentar cada vez mais o espectro de beneficiários. Para ela, é pouco imaginar que apenas um serviço de baixa exigência no território será suficiente para marcar a presença do poder público na região e, por consequência, acolher quem precisa e colaborar para a repressão de ilicitudes. Em Vancouver, no Canadá, coexistem no fluxo o tráfico e o poder público e ainda assim não há violências praticadas nem de um lado e nem de outro, justamente, pela pactuação por um espaço seguro. Cabe tanto ao Município, quanto ao Estado, a realização de um trabalho mais amplo no sentido da não-violência. **Décio** complementa dizendo que à sociedade também cabe este trabalho e que também sente falta de uma discussão que contemple as diversas forças (violentas) que atuam no território. É sabido que muitas prisões acontecem simplesmente pela questão da aparência, cor da pele e endereço e que se não discutirmos integralmente a situação, estaremos apenas tratando uma parte do todo. Coloca a questão de como lidar com isso numa

estrutura legal como a nossa. **Michel** diz que gostaria de ter acesso aos estudos mencionados por Fábio e pede para que ele os disponibilize, junto a isso relembra que há outras cenas de uso no Município, que não a Cracolândia, que abarcam realidades bem distintas nas quais não há a presença do poder público nem das organizações da sociedade civil. Conta que atua no território desde 2008, estando fora por apenas um ano e meio, e que percebe ainda uma diferença dentre as gestões: o quanto se investe em ações comunitárias. A Guarda Civil deve ser comunitária, as pessoas do território devem se sentir pertencentes à política pública e até agora o que chega de política para eles é sempre mudança e fechamento. A sociedade civil discute com essa gestão há três anos e as coisas ainda não estão caminhando, é importante que os estudos feitos contemplem também a questão de como o poder paralelo se instala nos lugares, de como o poder público pode recuperá-los e transformá-los em espaços públicos com vida de/para toda a sociedade. Por fim, discorda dos argumentos da Prefeitura para o fechamento dos hotéis sociais e compartilha do anseio em fazer dos equipamentos um lugar de atendimento das demandas básicas de banho, água e alimentação. **Fábio** diz que a informação da degradação dos hotéis sociais e do tráfico que ele traz veio da própria Inteligência da Polícia Civil e que os hotéis sociais que, justamente, estavam mais afastados do fluxo foram os que melhor sucederam. Quanto às experiências internacionais, temos que entender se, de fato, é possível exportar o modelo para a nossa realidade, uma vez que o poder econômico do poder paralelo no Canadá é bem menor do que na nossa sociedade. Enfatiza que o processo de construção do Redenção fase II foi muito produtivo porque contou com a colaboração mútua do poder público e sociedade civil e que acredita que o papel das organizações é o de contribuir, somar e não apenas criticar. **Michel** interrompe a fala de Fábio para lembrar que a sociedade civil esteve na Secretaria de Governo e ofereceu 17 propostas para o governo atuar na pandemia em relação à população em situação de rua e na cracolândia. Diz o quanto é difícil para eles estarem na posição de negociação com o poder público, com ideologias diferentes, e não ver nada se transformar. **Fábio** esclarece que não teve intenção de fazer uma crítica pessoal e nem dirigida a alguém em específico. **Bruno** retoma alguns pontos colocados por Angélica sobre a questão da oferta da água e elucida que foram problemas logísticos que atrapalharam a distribuição no território. É preciso alinhar melhor o trabalho da Sabesp com as equipes disponíveis e diz que isto já está sendo feito.

Michel retoma a fala de Bruno e afirma que uma das propostas se encontra na gestão municipal através da compra, pelo município, de caminhão pipa deixado no território, todos os dias, com a equipe do CEAS, a equipe da Saúde, ajudando assim as pessoas a se lavarem e a tomarem água. “Não dá para ficar sem água porque a Sabesp não mandou, porque não tinha equipe”.

Fábio lembra que é um pouco difícil fazer compra no poder público. Estão sendo tentadas soluções emergenciais. “O caminhão da Sabesp era a solução mais rápida que a gente tinha naquele momento. Não estou defendendo que o serviço está bom, porque não está bom, mas era a solução mais rápida naquele momento”. Até a contratação, a instalação de pias demoraria além da data de operação de fechamento do equipamento do Atende II que estava na região. **Fábio** reitera que solução do caminhão da Sabesp era a mais rápida que poderia ser obtida naquele momento. Como essa solução não está dando certo, outras soluções estão sendo planejadas. Provavelmente fornecimento de água avulsa, que é um pouco mais fácil de fornecer, ou instalação de pias temporárias. Está sendo feita uma modulação para ver o que é mais rápido. Mas enquanto essas soluções não chegam, enquanto não tramitam no processo burocrático, o que leva tempo, mesmo em situação de emergência na pandemia, é preciso uma solução temporária. Infelizmente o caminhão da Sabesp é a solução temporária, até haver uma solução mais definitiva.

Décio lembra que com essa questão será possível entrar no ponto três da pauta, que é isso: o contexto de ofertas e alternativas de apoio em relação as questões básicas de água, de alimentação, de banho. “O que eu não gosto de ouvir, seja de quem for, é que ninguém tá fazendo nada. Eu participo de reuniões na Secretaria onde o pessoal apresenta uma lista de coisas que estão sendo instaladas”. O caminhão é temporário, emergencial, quase paliativo, uma opção rápida.

Segundo **Júlia** estão sendo instalados quase 40 pontos de água, foi pedido a instalação de água no SIAT II da Armênia, e na praça ao lado, e no SIAT II do Glicério que entrou na lista. Na tramitação interna, vai para as secretarias regionais, depois para as secretarias de turismo, depois algum setor instala esses pontos. São 25 pontos já instalados, isso não atende toda a cidade, mas atende uma parte. Pontos de água emergenciais, pontos de água temporários, contêineres que têm água, banho, e lugar para guardar as coisas. Em alguns está sendo viabilizada a distribuição de alimentos. Tudo é iniciativa tanto do poder público, quanto das organizações não governamentais, as organizações da sociedade civil. Existe uma série de ações que estão sendo desenvolvidas, que juntas dão ideia do que está acontecendo. “As organizações falam: nós estamos fazendo isso, estamos fazendo aquilo, mas em que escala?” “O poder público está fazendo isso, mas em que escala também?” É importante ter esse panorama para a partir daí saber se precisa de mais, se está bom ou muito bom. A questão da água é fundamental.

Em seguida **Décio** lembra que pulou o ponto dois da pauta para abordar a questão do caminhão pipa (ponto três). O caminhão pipa é uma alternativa paliativa, emergencial. O planejamento se refere a uma lei de dezembro obrigando o poder público a instalar pontos de água e sanitários públicos, em vários locais. “Vocês têm visto esses pontos de água? O que tem sido isso em relação a Cracolândia?” A ação no Mugunzá, é uma ação distante do fluxo. Ela vai favorecer o pessoal que usa drogas, que talvez não esteja dentro do fluxo, mas que está próximo.

Angélica afirma que a ação não atinge a mesma população. A comida que está chegando é basicamente a comida que era distribuída no Atende que foi fechado. “A prefeitura dá a desculpa que, a desculpa na ação civil pública com a defensoria, dizendo que o Atende não foi fechado por completo, a gente oferece a água, alimentação e banheiro. Três banheiro públicos, um caminhão pipa que não funciona e a alimentação no Mugunzá.” Prossegue afirmando que a sociedade civil às vezes fica como chata nesse tipo de reunião, pois coloca o não cumprimento ou não existência das ações. “Eu entendo que a gente pega no pé que a gente quer sempre mais, porque manter uma coisa que não tá funcionando não dá”. Se é emergencial, deve-se enviar um ofício para Sabesp, pois é preciso resolver. **Angélica** continua seu questionamento. “É uma parceria? É gratuito? Ou a Prefeitura está pagando?”. Lembra que quando estava na Prefeitura, pagava o Bom Prato para as pessoas que faziam parte do programa comerem gratuitamente. É direito da prefeitura cobrar do estado, independentemente do partido. **Michel** compartilha do ponto de vista de Angélica, e quer saber se o caminhão da Sabesp é pago ou gratuito.

Bruno esclarece que não é pago. É um serviço cedido pela Sabesp. Em condições normais pode ser solicitado para qualquer local onde os órgãos entendam que é necessária a distribuição de água. Isso foi conversado com a instituição e com a Sabesp, e depois combinado. O serviço não está sendo executado conforme previsto dado a situação de pandemia.

Angélica lembra que o pedido pode ser feito a qualquer momento. No caso dos moradores em situação de rua o caminhão pode ficar permanente no local, pois não tem água mesmo.

Michel fala da importância de decretos municipais, estaduais, federais, inclusive liberando de licitações. Reconhece que não é possível deixar de fazer licitação para fazer compras, contratos, convênios, etc, mas é muito importante que se use de decretos pra conseguir atender as demandas básicas da população, como a demanda tão importante da água. Dirige-se a **Bruno** solicitando que as pessoas estudem o assunto na Secretaria de Governo. Que seja feito aditivo com as organizações que têm convenio com a assistência social, com as organizações que têm convenio com a Secretaria de Direitos Humanos. “É tão fácil fazer termo aditivo pra tanta coisa, porque para isso é tão difícil? Vamos pensar nesse planejamento em relação a água, principalmente”. Angélica lembra que alguns consultórios na rua têm distribuído água, e deve ser aditivo.

Bruno diz que estão sendo analisadas questões que solucionem de fato o problema. É algo bem relevante e está na agenda. **Décio** prossegue dizendo que não é questão de criar uma dualidade entre público e organizações não governamentais. Existem conflitos, divergências, tensões, interesses. Apesar disso tem sido mantido um debate com foco nas discussões, nos problemas.

Angélica coloca que muitas organizações do conselho não se pronunciam para nada e, quando o seu grupo se posiciona, acaba parecendo ser uma discussão de “pergunta e respostas”. Na verdade, deveria ser mais plural, mas acaba havendo uma única voz. O que é muito ruim para todos.

Décio prossegue dizendo que não chegamos plenamente nesse ponto. Apesar de terem sido elaboradas as questões, o conselho não ficou plenamente em “perguntas e respostas”, houve bons momentos de reflexão. Em seguida passa a palavra a **Marcos** que pediu para se pronunciar.

Marcos diz que concorda com Angélica - muitas vezes o debate fica personalizado nesses dois polos, e questiona o outro papel do conselho enquanto COMUDA. Refere-se a questão da violência na região central, de outras regiões da cidade, que foi discutida em janeiro. Até hoje não se conseguiu conversar com o pessoal da GCM. “O que a gente enquanto conselho pode ter uma efetividade maior nas nossas ações, pensando que a gente é um espaço de controle social, não só a organização civil, não só a gestão, mas um espaço de controle social, de gestão participativa”.

Comunica que o CRP está tentando se aproximar mais das discussões, da atuação junto com todos os atores, juntamente com o que o CRP pensa em garantias de direito, cuidado e liberdade.

Ressente um certo incomodo porque somente são feitas perguntas e, em seguida, dadas respostas pelo poder público. **Marcos** diz que, apesar de não ser um entendedor do território central, percebe muitas pessoas sérias no COMUDA, pessoas que estão trabalhando efetivamente na linha de frente junto com os atores da saúde, junto com SMADS e que estão trazendo questões importantes. “Como assim, a polícia jogando bomba no usuário?” Reconhece a questão de poder paralelo, questão de tráfico de drogas, e reconhece a necessidade de pensar nos usuários, nos cuidados ofertados. “As pessoas não têm lugar para lavar a mão em um contexto de pandemia?” O caminhão da Sabesp é um cuidado paliativo, e estão pensando em outras estratégias. Porém questiona “o que a gente como conselho poderia fazer de maneira efetiva, urgente, dado esse momento que a gente tá vivendo?” A população está em um contexto de pandemia e vai ser um morticínio se o poder público não tomar ações de maneira efetiva. Pode-se pedir uma resposta oficial, fazer uma carta de recomendações oficial, e pedir uma resposta oficial pro poder público urgente. “O que pode ser feito, o que vai ser feito, se de fato vai ser feito.” Existe o papel do poder público, das organizações civis, mas qual seria o papel do COMUDA de modo a ter resolutividade nas ações. A questão da violência foi levada em janeiro e não se consegue ter acesso a um representante da GCM, de modo a poder articular isso. Finaliza convidando à todos do COMUDA a ser um pouco mais efetivo nas ações e no papel que lhe cabe.

Décio diz que concorda que a COMUDA precisa mesmo ter uma manifestação mais propositiva enquanto conselho. “Eu penso isso e é por isso que eu busco criar uma ação aqui, que apareçam os prós e os contras de todos. Os conselhos regionais também estão atuando”. Questiona - “o que pode ser colocado aqui? O que pode ser debatido? O que está sendo feito? Não são cobranças, são falas de reflexão”. O conselho pode ser um campo de discussão, um campo de debates, que saia dessa dicotomia, embora algumas vezes essa dicotomia seja de alguma maneira necessária, como com temas mais pesados como a violência. Isso pode ser definido, são boas as definições que estão na legislação do COMUDA de acompanhamento das políticas públicas, de proposições.

Décio afirma não gostar da palavra “fiscalização” mesmo porque isto não está escrito. Prefere a palavra “acompanhamento da política”, “levantamento de proposições”. Considera que é esse o papel do COMUDA, fazer críticas, levantar proposições. Isso pode ser tirado como produto da discussão das reuniões, não somente como pauta, mas como proposições encaminhadas para o prefeito. O foco do COMUDA é o prefeito. Ele faz o acompanhamento da política pública. O interlocutor é a prefeitura ou o órgão que a prefeitura designar. A pendência de conversar com a GCM foi tirada em fevereiro, ela está posta, pode-se colocar isso na próxima reunião.

Marcos questiona a espera da próxima reunião em trinta dias, considerando o contexto de pandemia. “Eu acho que está notório para todo mundo que a situação só vai se agravar. Em trinta dias pode morrer muita gente. Então, como a gente pode garantir de maneira mais imediata que os usuários que estão na região central possam minimamente fazer a higiene das mãos, possam ter acesso efetivo a água, por exemplo, um caminhão pipa 24 horas. É nesse sentido. Eu entendo que o COMUDA tem uma série de atribuições, tem mil coisas, mas eu acho que a gente tá em um momento muito atípico, de modo que o COMUDA precisa ter ações mais rápidas”.

Décio completa “rápidas e consistentes”. “Como está a questão da água?” A gente pode definir aqui como uma proposição para o poder público, por isso o assunto está no ponto da pauta. O que pode ser colocado para o poder público (além do caminhão), o que pode ser feito? Por exemplo, os pontos de água que estão sendo instalados, por que não instalar também na área da Cracolândia? É uma proposição que o conselho pode fazer. Tem ações do poder público que podem ser redirecionadas dependendo da posição do COMUDA. Não que o poder público colocou ou não o caminhão, esse caminhão se tornou um ícone da precariedade. Mas, além do caminhão, dentro das ações do poder público, o que podemos considerar? Foi conversado sobre o SIAT II da Armênia, e o SIAT do Glicério. O SIAT II, na Armênia, tem uma praça ao lado onde vai ter um ponto de água. Essa questão foi levada para dentro da Secretaria de Direitos Humanos, entrou na lista e a secretária aprovou. Algumas coisas podem ser feitas pelo conselho, de modo a dar um suporte para a população. O conselho pode partir para discussões. No contexto da pandemia, no que se refere ao território, as cenas de uso, ver o que se pode enviar para o poder público como recomendação. Mais do que recomendação, uma certa exigência. Que seja cumprido. Primeiro, porque é uma questão ética, segundo, porque está na lei. Têm coisas que estão na lei, que precisam ser cumpridas. Uma situação de pandemia é uma questão absolutamente ética. O COMUDA pode partir pra isso, na reunião há tempo ainda para discussão do assunto.

Michel disse que Suzana se manifestou dizendo que não adianta ter pia a 250 metros do fluxo.

Décio- “Então o que adianta?” “O que agente tem que propor para o poder público?”

Michel responde que a sociedade civil propôs 17 pontos para o governo implantar e ajudar na pandemia. “O governo se faz de morto, de cachorro, sem ouvir o que a gente tá falando. O que adianta? Adianta colocar serviço estruturado. Adianta colocar banheiro estruturado, não é banheiro químico, não é caminhão pipa. O que adianta é pensar serviço público estruturado”. Prossegue dizendo que há um mês que o Atende foi fechado e o governo ainda está pensando o que fazer. Várias propostas foram feitas sem serem consideradas, dando o a impressão que não há vontade em construir. É criada uma tensão dando a impressão errônea que se está gritando e brigando. Foi falado com o governo municipal, com o legislativo, com a Secretaria de Governo. São feitas conversas diárias com articuladores da Secretaria de Assistência Social, com a própria Secretaria de Direitos Humanos para dizer o que precisa, mas as coisas não caminham. **Michel** finaliza lembrando que **Angélica** afirmou não adiantar colocar pias a 250 metros do fluxo. Ela propôs colocar banheiro público com chuveiro, bebedouro na Praça Júlio Prestes. A sociedade civil acredita que não é de caminhão pipa que se necessita, precisa-se de equipamento estruturado para cuidar da população desse território, e não só na Cracolândia, na cidade como um todo.

Décio propõe que se discuta a linha do que Marcos colocou, a conversa entre organização da sociedade civil com o poder público. “Vocês tiveram conversas sobre vários pontos com o poder público, se adiantou ou não, é a questão que vocês estão colocando aqui”. No COMUDA não existe só organização da sociedade civil, existe poder público, poder legislativo, conselhos de classe, organizações da sociedade civil, e existe toda essa questão que nós estamos vivendo. O que se pode fazer enquanto conselho? Podemos reproduzir estas questões. Se 250 metros é longe, qual é a distância que interessa? “Se nós vamos tirar uma posição propositiva, temos que discutir as posições propositivas”. O que o governo fez ou deixou de fazer é outra questão.

Angélica diz que na reunião passada ficou escutando o que o governo estava fazendo. Quando as organizações da sociedade civil querem fazer propostas, o governo acha que é questionamento e não escuta porque quer se defender. Esse é o grande problema. O que acontece? A gente perde tempo em se reunir. O conselho acha fundamental que isso seja feito porque esse é o papel. Porém, as organizações sociais ficam escutando o governo falar o que ele está fazendo, mesmo se já sabem o que está sendo feito. “A gente vê lá na prática, só que a gente também vê o que não está fazendo”. Angélica assinala a importância de uma reunião mais focada para deliberar o que vai ser pedido, para não ficar “a gente apontando uma coisa, e o governo apontando outra”.

Décio diz que ideia é levantar as proposições para que o COMUDA se manifeste perante o poder público. Se na discussão feita com o Alexis, com o Arthur, houve encaminhamento ou não, essa é outra questão. É possível incorporar um pouco essa questão dentro do COMUDA, tirar uma proposição enquanto conselho. Os diálogos entre organizações e governo tomam os rumos que vão tomando, horas de mais conflito, horas de menos conflito. **Décio** lembra a importância de levantar proposições, de levantar questões, de como o governo e o poder público podem ouvir as proposições do conselho. “O governo fala que está fazendo um monte de coisas, eu não vejo assim, eu acho que o governo está dando alguns passos, mas um monte de coisas não”. Questiona quais seriam os pontos sobre os quais o governo precisaria atuar mais. Existe a crítica do Atende II, que ela passe por uma reformulação para ter um suporte. O pernoite não vai ter, isso já está colocado pelo poder público. Se é interessante ter um pernoite próximo, o conselho deve entrar com uma proposição e encaminhar para o poder público. “A reorganização do Atende II é fundamental? O que que a gente pode propor? Sugere a realização de uma lista, de um documento, de uma proposta. Imediatamente fornecer água 24 para a população. Detalhar a proposta.

Michel diz que o local deve ser a esquina da rua Helvétia, onde estava o Atende, onde deveria estar a água, onde deveria estar o banheiro.

Angélica diz que em um período de pandemia, um mês está parecendo três meses. Insiste sobre a importância de fazer algo muito rápido, para que as coisas aconteçam rapidamente. Não há tempo de esperar uma ou duas reuniões de conselho para pensar, pois as pessoas estão necessitadas. “Ou a gente vai perder agora 45 minutos que é o tempo final da nossa reunião e escrever uma proposta pensando “menos de 250 metros do fluxo”, por exemplo, e pensar também para o restante da cidade, ou não vale a pena ficar perdendo tempo por que um mês passa”.

Décio diz que não é verdade que o governo não está fazendo nada, ele está fazendo alguma coisa. Como os pontos de água que estão sendo instalados (e não é tão leve assim a instalação dessas águas). Talvez algumas coisas precisem ser redirecionadas. Pergunta onde o conselho considera que poderiam ser colocados os pontos de água, e sugere levar a proposição. “Readequação do Atende para SIAT II ou III para o território”. Esta é uma proposta genérica porque diz respeito a uma proposta que faz parte do programa. “Implantação de banheiros nos territórios para higienização das pessoas (álcool)”. Especificar onde estão sendo instalados banheiros na cidade.

Michel concorda com Décio quando ele fala em pragmatismo. A sociedade civil está falando de um equipamento público que foi fechado, esse equipamento tem endereço, estamos pensando em propostas substitutivas para esse equipamento. O equipamento público é dentro da Cracolândia. Ali deve ter banheiro para as pessoas conseguirem se higienizar, ali tem que ter núcleo de convivência para as pessoas terem outra possibilidade, além de usar drogas, ali deve ser ponto para o programa Pro Pot. Isso é urgente. Aquele território onde o equipamento foi fechado está há um mês sem água. Michel assinala que esta é uma realidade do município todo, 30% da periferia não tem água potável, porém o conselho está tratando de uma cena de uso, onde o equipamento público foi fechado há cerca de 30 dias. “Estamos falando do fechamento do Atende, a gente quer ampliar isso, a gente quer pensar para ter mais territórios, mas

emergencialmente a gente está pensando em relação a esse local. A pauta é o Atende II, é na Cracolândia.

Décio reitera que a pauta é o Atende II, a pauta é o covid-19. Existem ações do poder público. Para além do Atende II, é importante levantar essas proposições dos pontos de água. O Atende II é fixo, vai atender a maioria da população que está no quarteirão. Décio lembra que há outras cenas de uso - na Vila Brasilândia, por exemplo, e é possível propor melhoras, instalação de serviços de cuidados em outros lugares. Assinala mais uma vez a importância do pragmatismo. O COMUDA se manifesta, a proposição é aceita ou não. Por exemplo, a implantação de banheiros no território para higienização das pessoas. É importante ser mais específico, para levar uma proposta precisa ser mais específico, mais direto, mais detalhado. Se não, fica apenas a discussão.

Angélica lembra que no material das conferências tem várias dicas. Por exemplo, banheiros públicos, equipamentos de baixa exigência, formação de direitos humanos para a GCM.

Décio insiste sobre o pragmatismo e compartilha da linha de **Marcos**, mais imediata. Considera a formação de direitos humanos para a GCM uma ótima colocação. Propõe que a GCM imediatamente se abstenha de ações violentas por motivos fúteis. Se abstenha de ações violentas. No sentido mais estrutural, que a GCM tenha formação em direitos humanos, que é uma formação para atuar nas cenas de uso, e a polícia comunitária, que é um estágio mais avançado do processo. Para que essas coisas sejam direcionadas para uma maior efetividade no território das cenas de uso, é preciso falar das cenas de uso. Que os banheiros fiquem ali, mesmo que sejam químicos. Que alguns equipamentos sejam temporários, outros não tão temporários.

Michel pergunta: qual o encaminhamento da pauta do fechamento do Atende II. Propõe: 1) fornecer água potável para a população poder tomar água; 2) implantação de banheiros nos territórios para as pessoas poderem se higienizar; 3) readequação do Atende para o SIAT II. Se não houver serviço de dormida, que tenha uma ampliação de cuidados para essas pessoas. Ampliação de repertório de vida. Michel expõe que a droga está ao lado da pessoa, mas se ela tiver um repertório de vida cheio de coisas, talvez ela não escolha a droga. Convida os outros conselheiros a fazerem outras colocações. Assim como Décio, fala sobre a importância de ser pragmático. No processo da defensoria pode-se perceber que diversos técnicos da prefeitura se colocaram a favor do fechamento. “Por que? Porque trabalham para a prefeitura que quer fechar”.

Angélica diz que nos dezessete pontos enviados para Secretaria de Governo havia a possibilidade do uso de hotéis sociais emergenciais para os grupos de maior vulnerabilidade, idosos e pessoas com comorbidades. Foi necessário, na câmara municipal, toda uma articulação, um grande grupo fazendo incidência política, envio de e-mail todos os dias para todos os vereadores para que soubesse o projeto de lei, para a prefeitura pensar nessa possibilidade. O uso de hotéis agora já é lei.

Décio intervém dizendo que não é uso de hotel, é efetividade da lei, porque a lei acabou de ser assinada, então é preciso acelerar. Tem que ter o decreto e instalar imediatamente meios de funcionamento de execução da lei. Reforça novamente a necessidade de pragmatismo.

Angélica pergunta quem do conselho pode organizar as propostas e transformá-las em um ofício.

Décio se propõe a fazer o ofício.

Marcos diz que, que para além das propostas, é necessário saber porque o conselho está se posicionando dessa maneira. As pessoas estão trabalhando no território e há uma expertise desenvolvida durante anos, e existe também a gravidade do momento. Assinala que estamos numa gravidade que, se não forem feitas ações afetivas, rápidas, a situação pode se tornar ainda pior do que a tragédia que está sendo anunciada. Pergunta se, enquanto conselho, é possível, inclusive, ter ampla divulgação da carta de recomendações, dado o diagnóstico, dado tudo o que está sendo visto na região central e em outros territórios na cidade.

Na linha de uma ação pragmática e premente, **Décio** propõe um documento bem sucinto.

Angélica propõe postar no facebook, em todos os lugares e, inclusive, mandar para jornalistas.

Décio sugere publicar na página do COMUDA. Afirma que dará ao texto uma linguagem mais de ofício, pois não é uma solicitação. Não é um pedido, o texto deve ter uma linguagem imperativa, a premência das providencias deve ser colocada de forma imperativa.

Bruno sugere que os apontamentos podem ser elencados nessa proposta, mas acha que o conselho tem que ter a oportunidade de visualizar o documento. Antes dele ser exteriorizado, tem que haver o consenso de todos. Diz que se trata de um trabalho emergencial, todos os pontos têm relevância porque são feitos por quem está no território. Considera importante haver uma consolidação, e todo mundo analisar depois, se possível, inclusive colocando alguns comentários. Em seu ponto de vista, em relação a proposta número três feita por Michel sobre o Atende, a transformação do SIAT II em SIAT III, há um problema conceitual. Esses serviços foram pensados com uma lógica territorial própria. Bruno considera que deveria ser colocada a necessidade de disponibilização de um atendimento, de um serviço emergencial de saúde, integrado.

Angélica concorda com Bruno.

Michel também concordo com Bruno e acha que o grupo poderia encaminhar esse ofício. Pergunta se Décio vai fazer isso sozinho, se Bruno poderá ajudá-lo na construção conceitual e no encaminhamento. “A gente não pode arrastar isso por mais uma semana, coisa de dois ou três dias até chegar na prefeitura, porque a sede é urgente, a fome é urgente”.

Angélica se propõe a colocar no ofício dois links de artigos científicos para embasar o que a falta de água causa no organismo humano. Há ainda um artigo sobre água e direitos humanos e outro sobre os problemas de saúde que a deficiência de água causa.

Marcos diz que entende a posição de **Fábio** quando fala sobre uma política municipal, sobre a definição de agenda da atual gestão. Porém, dado o atual momento atípico, são necessárias soluções atípicas também. A gestão não concorda em ter, tão próximo do fluxo, um SIAT, mas as pessoas precisam. Lembra que a OMS fala de isolamento, de distanciamento social, e pergunta que solução o COMUDA pode oferecer. O momento requer soluções rápidas e atípicas.

Ledilene lembra de uma situação emergencial onde se atuou não só com o COMUDA e houve integração com outras entidades e conselhos para fazer a fiscalização, a verificação a respeito de trabalhos nos hospitais psiquiátricos, que na época estavam sendo feito pelo programa Redenção. Considera que nessa situação emergencial outros órgãos poderiam ser acionados para compor esse pedido. “Porque há uma coisa acontecendo por conta da pandemia. Exige um tipo de caminhar e acesso à órgãos e à formas de solucionar em um outro ritmo, em outro tempo mesmo”.

Décio diz que pode haver um fortalecimento, mas também uma articulação com esses órgãos. Questiona sobre o tempo necessário para o desenrolar do processo. Questiona também se o Conselho Estadual poderia apoiar esse documento, entrar com um apoio.

Ledilene postula que neste momento as propostas poderiam ser colocadas pelo COMUDA. Angélica e Michel estão nesse cotidiano do território e eles podem, mais do que ninguém, fazer essa avaliação de onde e do que precisa. Outras entidades podem apoiar nossa proposta.

Michel sugere articular com o CONDEP, com a defensoria pública e talvez com o Conselho Nacional de Direitos Humanos. Tem certeza que os três apoiam a solicitação do COMUDA. Fazer o texto e após sua finalização, fazer a articulação.

Décio concorda, mas acha que é preciso estabelecer um prazo para isso. Lembra da premência e da impossibilidade de “ficar mais um mês”. Concorde plenamente, mas lembra o risco de burocratização. Para fazer chegar na defensoria, é preciso fazer ofícios que são enviados, e

depois, aguardado o retorno. Considera possível fazer as duas coisas. Enviar, mas também estabelecer um tempo para concluir e mandar, se não pode ser demorado.

Ledilene – “A gente conclui, a gente manda, e aí a gente chama eles para se juntar à nós”.

Décio diz que esse é um dos problemas, e acha que podem repetir, como Marcos lembrou, o que aconteceu em relação a GCM - “isso foi em fevereiro e nós estamos aqui enrolados”. **Décio** acha que o documento, preparado pelo conselho, pode ser finalizado e encaminhado em paralelo aos apoiadores para dialogar com eles. Se eles formularem outros documentos a partir deste, isso vai virando “uma bola de neve”. O Conselho Nacional de Direitos Humanos mandou dois documentos. São muitos argumentos, são documentos bem feitos, pedindo explicação porque fechou o Atende. No final do documento tem um considerando ótimo.

Os conselheiros discutem sobre o prazo de preparação e de envio do documento, assim como o modo de envio do mesmo (googledocs, whatsapp, e-mail).

Lidilene comunica que Rubens enviou a troca de titularidade. **Décio** assinala que a troca de titularidade é feita com um documento da instituição, não pode ser pessoal. O conselheiro não tem a incumbência de se auto instituir e instituir um outro. Tem que ser a instituição.

Décio pergunta quem mais no grupo tem questões para colocar em relação a isso, lembra que não foi abordada a questão dos EPIs e sugere abordar o assunto.

Michel diz que, em relação aos EPIs, gostaria muito de discutir, de conversar. Várias organizações da sociedade civil levaram questionamentos para o Conselho Municipal de Saúde. **Michel** diz que vai se informar junto à essas organizações. Deseja saber se pode trazer informações e os questionamentos para o COMUDA. Acha que deve haver registro para que o conselho também se posicione em relação a denúncia do CAPS IV e a apuração dos fatos. É importante que a apuração seja feita, não somente em relação ao CAPS IV. Conversou com diversas pessoas, de vários territórios, existem informações desconhecidas em diversos serviços do município. **Michel** diz que há todas as informações possíveis, desde a falta de EPI, até a informação de que há quem pense que não pode pagar o covid está tranquilo. Sabe que essa não é a posição da prefeitura, da Secretaria de Saúde, de nenhum responsável sanitário, mas precisa ter uma resposta. Diz que encaminhará isso para o COMUDA, como ofício.

Décio propõe ao grupo considerar a possibilidade de fazer um documento, uma manifestação. O documento será um ofício e será encaminhado ao poder público pelo COMUDA. Os apontamentos, as considerações, as recomendações, as críticas em relação as ações no território, terão como base o poder público, terão como base as urgências do poder público em relação a epidemia. **Décio** pergunta a Tatiana se ela tem alguma consideração a fazer em relação aos EPIs.

Marcos pergunta, em relação ao ofício, se “o conselho pode solicitar um prazo de resposta”. Questiona se pode ser dado um prazo, considerando que, provavelmente, haverá uma resposta. A linguagem deve ser bastante propositiva para que seja considerada e efetivada.

Michel sugere utilizar a mesma prerrogativa do ofício, da sistematização. Esperar trinta dias. Se não tiver nenhuma resposta, nenhuma movimentação, tomar posicionamento por meios legais. Acho importante articular uma resposta por fora. Fazer o ofício e articular.

Bruno questiona se adianta alguma coisa colocar prazos, assim como se há a existência de normas prevendo pedido de prazo pelo Conselho Municipal. Considera valer a pena fazer a articulação.

Décio se refere ao regimento e às leis pois nelas têm as atribuições de acompanhamento. Não havendo resposta, pode-se articular, porque não é só burocrático, há uma falação paralela junto.

Michel acha que levando em consideração as questões urgentes, esperar trinta dias talvez não seja bom. Propõe esperar quinze dias.

Tatiana pede para falar sobre as EPIs e sobre o trabalho de orientação com os profissionais de saúde. “Sou médica do trabalho e gostaria de ajudar com tudo que vocês acharem que seria interessante”. O CREMESP está recebendo denúncias de falta de EPIs, e provavelmente está acontecendo isso nos outros conselhos também. Tatiana informa que os conselheiros estão indo a campo, indo em locais onde não tem EPI ou onde as orientações são falhas. As EPIs, as máscaras, têm que ser trocada toda vez que se tem contato com o paciente, e é preciso evitar a distância muito curta. Considera que seria interessante compilar com todos os conselhos, e até com outros órgãos, a chegada das denúncias de falta de EPI e propor junto com o COMUDA um projeto de lei. Existe já um projeto de lei para entregar EPIs para todos os trabalhadores, isto é obrigação das empresas, tanto privada como pública. Pergunta se existe um projeto de lei no COMUDA ou se há a possibilidade de pensar em uma proposição rápida para a câmara dos vereadores, para tentar resolver rapidamente essa questão. É preciso orientar com um pouco mais de propriedade, o que não está acontecendo. **Tatiana** coloca por último sua preocupação com as propagandas – “A gente vê muita reportagem, de pessoas, de artistas nas casas, mostrando sua casa, olha, fica em casa. Essas pessoas têm como ficarem casa”. “E os outros?” “E as pessoas com menos possibilidade, que têm pessoas doentes, com comorbidades, que têm idosos dentro de casa, até os próprios trabalhadores, que moram em locais que não tenham muitos quartos? A televisão está educando para uma determinada população, não para outra.

Décio pergunta que tipo de denúncia tem chegado no CREMESP. **Tatiana** responde que as denúncias dizem respeito a falta de EPIs, a falta de máscaras. “Você pode usar essa máscara por trinta dias, ou você pode usar essa máscara por dez dias”. Não se pode. Como médica do trabalho sei que essas máscaras são de uso descartável. A máscara cirúrgica é utilizável por duas horas ou quando ela começa a ficar um pouco mais molhada, a gente tem que trocar. A N95, a Pff2, dependendo do local em que se está, numa carga viral muito grande, tem que trocar também. Mas ela dura cinco horas, até um pouco mais, dependendo do local em que se trabalha. Essas orientações, os profissionais não têm. Isso me preocupa muito porque nas UPAS, nos locais onde há muita demanda de pacientes, da população, os profissionais acabam usando a mesma máscara. Isso está bem complicado. Estamos indo nos locais, verificando o tipo de máscara e tentando fazer orientações também. Seria como um auditoria, um checklist. “A gente explica, leva a demanda de volta ao conselho e pensa numa autuação do Ministério Público, mas isso já é de outra esfera. O principal é, receber a denúncia, e verificar o que está acontecendo, isso é muito importante.

Décio diz que essas máscaras possuem as especificações das normas reguladoras, são oficiais e legais. Porém, acaba havendo uma distorção da orientação dependendo do local. Um gestor em determinado local pode dar as orientações atravessadas de como utilizar. Ao passo que, a norma regulamentadora, já específica e define.

Tatiana concorda com Décio. Além das próprias empresas onde são compradas as máscaras, há as recomendações da empresa. Existe o que se deve cumprir e que não é cumprido, infelizmente.

Elizete solicita a palavra e faz uma recomendação. Pede para, quando fizer o documento, checar as questões que já foram contempladas na lei e que já foram aprovadas semana passada. O projeto de lei 260, que foi aprovado e já se tornou lei, tem itens específicos para segurança e a saúde. Na verdade, estão sendo faladas algumas coisas que já são lei, mas o decreto ainda não aconteceu, diante dos prazos todos atropelados. O decreto deve sair em conjunto com aquilo que a gente atende do edital, por exemplo, na praça. **Michel** observa que já tem edital com a questão dos hotéis. **Elizete** prossegue dizendo que as coisas vão acontecendo quase simultaneamente. A câmara aprova o projeto, o decreto ainda não saiu, mas o edital já está saindo para poder dar agilidade na demanda. Em relação as questões de EPI, a comissão de saúde na câmara tem recebido várias queixas, os vereadores individualmente também estão recebendo, e há uma discussão grande na câmara em relação a essas questões. O projeto 260 contemplou ações de equipamentos tanto para a saúde quanto para a assistência, e a câmara também aprovou a gestão de recursos financeiros, seja pelo fundo da câmara municipal, seja pela diminuição de salário de vereadores, pela redução das verbas de gabinete e redução das verbas de manutenção e obra da

câmara. De maneira geral, isso contempla aproximadamente 50 milhões, que seriam direcionados para as compras emergenciais. **Elizete** lembra que a lei foi aprovada com custo já direcionado e que está portanto ganhando agilidade para resolver as demandas. Lei 17340 do dia 30 de abril. A ementa da lei dispõe de proteção de medidas de assistência, bem como relativas às normas de uso. Nessa lei é colocada a questão do hotel, tanto pra mulher vítima de violência doméstica, quanto para população de rua, é colocada a questão de equipamentos, tanto de EPI, como de equipamento para a saúde; tem uma série de coisas inclusive a criação de um selo de empresa parceira da prefeitura. Informa que os projetos têm saído com “uma variedade de coisas colocadas dentro do mesmo projeto”. Isso às vezes confunde um pouco, parece que não está contemplado, porque a emenda é muito grande. Se não há apropriação do texto, parece não estar contemplado.

Elisete diz que nós estamos em um processo de excepcionalidade onde se está buscando as EPIs e ao mesmo tempo tentando trazer um pouco de sustento para as pessoas. Muitas pessoas que estão fabricando as máscaras são mulheres, que têm MEIS, que estão em parceria com o governo do estado que está produzindo. Não estamos dentro de uma situação ideal, onde a empresa coloca o manual de como usar e, ao mesmo tempo, produz os treinamentos. Isso cabe aos próprios profissionais que estão lidando com isso. Este é o caso da saúde que está tendo treinamento, pode não ter alcançado 100% do treinamento, mas está existindo. Foi solicitada orientação para a Secretaria de Saúde que mandou uma nota técnica em relação à essas questões - a forma, a logística de como está sendo distribuída, o treinamento em relação a covid-19 para entender o procedimento administrativo e até mesmo o procedimento médico dentro de UTI. “As coisas estão acontecendo, eu acho que a gente não está conseguindo conversar a respeito. Cruzar informações para poder falar a mesma linguagem”. “Eu fiz uma sugestão na fala do Michel. São quarenta pontos de água. Foram instalados quantos? Está adequado, não está adequando, faltam quantos?” Nesse momento é preciso dizer exatamente aonde falta, se não a gente não ajuda, não contribui. Fica indicada a próxima reunião e esta é encerrada pelo presidente.